



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

COORDENADORIA DE CONTRATOS - CContrat/ProAd

Rod. Washington Luís km 235 - SP-310, s/n - Bairro Monjolinho, São Carlos/SP, CEP 13565-905

Telefone: (16) 3351-8111 - <http://www.ufscar.br>

CONTRATO Nº 089/2023

Processo nº 23112.039742/2023-68

Unidade Gestora: 154049

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 089/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR E A FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FAI•UFSCAR, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA E DE APOIO LOGÍSTICO AO PROJETO DE EXTENSÃO “DIFUSÃO DAS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE NA AVIAÇÃO CIVIL BRASILEIRA”.

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**, situada na Rodovia Washington Luís, km 235, São Carlos – SP, inscrita no CNPJ sob nº 45.358.058/0001-40, neste ato representada pelo Pró-Reitor Adjunto de Administração, Sr. Fábio Zuccolotto Ferreira, nomeado pela Portaria nº 6161/2023 de 01 de março de 2023, doravante denominada **UFSCar**, e, de outro, a **FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**, entidade fundacional de direito privado, sem fins lucrativos, credenciada como fundação de apoio à Universidade Federal de São Carlos, instituída em 21 de janeiro de 1992, nos termos da Escritura Pública lavrada junto ao 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de São Carlos, às fls. 297 do Livro 463, inscrita no CNPJ/MF sob nº 66.991.647/0001-30, com sede na cidade de São Carlos – SP, neste ato representada por seu Diretor Executivo, **TARGINO DE ARAÚJO FILHO**, doravante denominada **FAI•UFSCar**, em conformidade com o processo administrativo UFSCar nº 23112.039742/2023-68, resolvem firmar o presente Contrato, na forma de Dispensa de Licitação nº 195/2023, nos termos do Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666/93 c/c art. 1º da Lei nº 8.958/94, sob as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de gestão administrativa-financeira e de apoio logístico por parte da FAI•UFSCar, através dos pesquisadores da UFSCar, para a execução das atividades necessárias à consecução do Projeto de Extensão **“Difusão das práticas de acessibilidade na aviação civil brasileira”**, de conformidade com o termo de referência e com a proposta apresentada pela FAI•UFSCar, documentos constantes dos autos do processo e que são considerados partes integrantes deste contrato.

1.2. Os serviços referidos nesta cláusula, que compreendem a assistência técnica e material, serão prestados conforme as seguintes etapas:

Etapas 1: Período: No ato da assinatura do contrato

Descrição das Atividades	Indicadores
Estruturação do Projeto, contendo proposta de cronograma de execução e a definição da equipe de pesquisadores.	Relatório da proposta.
Produto: Relatório de execução, contendo a proposta e a relação da equipe de pesquisadores.	R\$ 750.000,00

Etapas 2: Período: de janeiro a julho de 2024.

Descrição das Atividades	Indicadores
Acompanhamento e suporte aos operadores aéreos e aeroportuários na avaliação e implementação de práticas de acessibilidade, viabilizando que esses conduzam autoavaliações conforme o Manual de Acessibilidade da Aviação Civil (TED nº 03/2018), verificando a precisão por meio de visitas de assessoramento, e; auxiliando na incorporação e disseminação; Acompanhamento e suporte à participação de passageiros com deficiência na avaliação das práticas de acessibilidade conforme o Guia de Acessibilidade (TED nº 03/2018). Isso será realizado por meio de uma plataforma online e outros meios participativos, monitorando os dados fornecidos pelos passageiros para identificar a percepção do nível de relevância e efetividade das práticas de acessibilidade prescritas.	Implantação da Central de Ajuda para Acessibilidade na Plataforma Web; Programação e preparação das visitas Semestre 1; Visitas de avaliação/assessoramento em unidades aeroportuária Semestre 1; Desenvolvimento do protocolo de avaliação direta de pessoas com deficiência em unidades aeroportuárias; Planejamento da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 1; Execução da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 1.

Produto: Relatório contendo escopo do trabalho desenvolvido na Etapa 1	R\$ 750.000,00
---	----------------

Etapas 3: Período: de agosto de 2024 a janeiro de 2025

Descrição das Atividades	Indicadores
Acompanhamento e suporte aos operadores aéreos e aeroportuários na avaliação e implementação de práticas de acessibilidade, viabilizando que esses conduzam autoavaliações conforme o Manual de Acessibilidade da Aviação Civil (TED nº 03/2018), verificando a precisão por meio de visitas de assessoramento, e; auxiliando na incorporação e disseminação; Acompanhamento e suporte à participação de passageiros com deficiência na avaliação das práticas de acessibilidade conforme o Guia de Acessibilidade (TED nº 03/2018). Isso será realizado por meio de uma plataforma online e outros meios participativos, monitorando os dados fornecidos pelos passageiros para identificar a percepção do nível de relevância e efetividade das práticas de acessibilidade prescritas; Avaliação da adesão e efetividade das práticas de acessibilidade na aviação civil por operadores aéreos e aeroportuários. Determinando o nível de adesão das unidades aeroportuárias avaliadas, seguindo a escala estabelecida no TED nº 03/2018.	Programação e preparação das visitas semestre 2; Visitas de avaliação/assessoramento em unidades aeroportuárias Semestre 2; Desenvolvimento do protocolo de avaliação direta de pessoas com deficiência em unidades aeroportuárias; Planejamento da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 2; Execução da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 2; Atualização Anual dos Instrumentos Operadores e Passageiros; Cruzamento das informações relativas à Etapa 1 com informações relativas à Etapa 2.
Produto: Relatórios de visitas realizadas às unidades aeroportuárias, contendo a respectiva conferência das correspondências entre a autoavaliação realizada às descrições dos níveis de aderência às práticas estabelecidas no Manual de Acessibilidade da Aviação Civil e relatório de assessoramento Semestre 2; Relatórios contendo as avaliações realizadas pelos usuários e o comparativo de aderência às autoavaliações realizadas pelas unidades aeroportuárias acompanhado de análise estatística dos resultados (margem de erro/nível de confiança) Semestre 2; Relatório contendo a avaliação do nível de adesão a cada prática sob responsabilidade do operador aéreo e aeroportuário daquela unidade aeroportuárias.	R\$ 750.000,00

Etapas 4: Período: de fevereiro a julho de 2025

Descrição das Atividades	Indicadores
Acompanhamento e suporte aos operadores aéreos e aeroportuários na avaliação e implementação de práticas de acessibilidade, viabilizando que esses conduzam autoavaliações conforme o Manual de Acessibilidade da Aviação Civil (TED nº 03/2018), verificando a precisão por meio de visitas de assessoramento, e; auxiliando na incorporação e disseminação. Acompanhamento e suporte à participação de passageiros com deficiência na avaliação das práticas de acessibilidade conforme o Guia de Acessibilidade (TED nº 03/2018). Isso será realizado por meio de uma plataforma online e outros meios participativos, monitorando os dados fornecidos pelos passageiros para identificar a percepção do nível de relevância e efetividade das práticas de acessibilidade prescritas.	Implantação da Central de Ajuda para Acessibilidade na Plataforma Web; Programação e preparação das visitas Semestre 1; Visitas de avaliação/assessoramento em unidades aeroportuárias Semestre 1; Desenvolvimento do protocolo de avaliação direta de pessoas com deficiência em unidades aeroportuárias; Planejamento da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 1; Execução da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 1.
Produto: Relatórios de visitas realizadas às unidades aeroportuárias, contendo a respectiva conferência das correspondências entre a autoavaliação realizada às descrições dos níveis de aderência às práticas estabelecidas no Manual de Acessibilidade da Aviação Civil e relatório de assessoramento; Relatórios contendo as avaliações realizadas pelos usuários e o comparativo de aderência às autoavaliações realizadas pelas unidades aeroportuárias acompanhado de análise estatística dos resultados (margem de erro/nível de confiança) Semestre 1.	R\$ 750.000,00

Etapas 5: Período: de agosto de 2025 a janeiro de 2026.

Descrição das Atividades	Indicadores
Acompanhamento e suporte aos operadores aéreos e aeroportuários na avaliação e implementação de práticas de acessibilidade, viabilizando que esses conduzam autoavaliações conforme o Manual de Acessibilidade da Aviação Civil (TED nº 03/2018), verificando a precisão por meio de visitas de assessoramento, e; auxiliando na incorporação e disseminação; Acompanhamento e suporte à participação de passageiros com deficiência na avaliação das práticas de acessibilidade conforme o Guia de Acessibilidade (TED nº 03/2018). Isso será realizado por meio de uma plataforma online e outros meios participativos, monitorando os dados fornecidos pelos passageiros para identificar a percepção do nível de relevância e efetividade das práticas de acessibilidade prescritas; Avaliação da adesão e efetividade das práticas de acessibilidade na aviação civil por operadores aéreos e aeroportuários. Determinando o nível de adesão das unidades aeroportuárias avaliadas, seguindo a escala estabelecida no TED nº 03/2018; Revisão do Manual de Acessibilidade da Aviação Civil, referente ao TED nº 03/2018: atualizar as práticas e orientações. Incorporação de novas práticas consideradas relevantes, reflexão sobre possíveis mudanças normativas e a realização de ajustes; Levantamento sobre dados de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho da aviação civil, abrangendo operadores aéreos, empresas aeroportuárias, prestadoras de serviços auxiliares e outras instituições relacionadas. Criar um panorama do nível de inclusão, mapear funções e níveis dos profissionais empregados, identificar barreiras e necessidades de capacitação e desenvolver proposta para ampliar o nível de inclusão desses profissionais no transporte aéreo.	Programação e preparação das visitas semestre2; Visitas de avaliação/assessoramento em unidades aeroportuária Semestre 2; Desenvolvimento do protocolo de avaliação direta de pessoas com deficiência em unidades aeroportuárias; Planejamento da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 2; Execução da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 2; Atualização Anual dos Instrumentos Operadores e Passageiros; Cruzamento das informações relativas à Etapa 1 com informações relativas à Etapa 2; Implantação na plataforma online do Observatório de Acessibilidade; Participação em eventos internacionais do setor e realização de visitas técnicas em unidades aeroportuárias internacionais; Sistematização da revisão manual de acessibilidade e implantação na plataforma online; Revisão bibliográfica sobre inclusão de pessoas com deficiência no trabalho; Entrevistas semiestruturadas com operadores aéreos e aeroportuários, empresas prestadoras de serviços auxiliares e outras empresas e instituições relacionadas ao transporte aéreo; Entrevistas com trabalhadores com deficiência e que têm vínculo com operadores aéreos e aeroportuários, empresas prestadoras de serviços auxiliares e outras empresas e instituições relacionadas ao transporte aéreo.
Produto: Relatórios de visitas realizadas às unidades aeroportuárias, contendo a respectiva conferência das correspondências entre a autoavaliação realizada às descrições dos níveis de aderência às práticas estabelecidas no Manual de Acessibilidade da Aviação Civil e relatório de assessoramento Semestre 2; Relatórios contendo as avaliações realizadas pelos usuários e o comparativo de aderência às autoavaliações realizadas pelas unidades aeroportuárias acompanhado de análise estatística dos resultados (margem de erro/nível de confiança) Semestre 2; Relatório contendo a avaliação do nível de adesão a cada prática sob responsabilidade do operador aéreo e aeroportuário daquela unidade aeroportuária; Edição revisada do Manual de Acessibilidade da Aviação Civil contendo controle de revisões e apêndice explicativo das atualizações incorporadas; Relatório de diagnóstico sobre a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho no setor de aviação civil, considerando remuneração, área de atuação, funções desempenhadas e cargos, escolaridade, entre outros aspectos; e matriz de correlação entre cargos e funções no setor confrontando com cargos e funções assumidas por pessoas com deficiência.	R\$ 825.619,27

Etapas 6: Período: de fevereiro a julho de 2026.

Descrição das Atividades	Indicadores
Acompanhamento e suporte aos operadores aéreos e aeroportuários na avaliação e implementação de práticas de acessibilidade, viabilizando que esses conduzam autoavaliações conforme o Manual de Acessibilidade da Aviação Civil (TED nº 03/2018), verificando a precisão por meio de visitas de assessoramento, e; auxiliando na incorporação e disseminação; Acompanhamento e suporte à participação de passageiros com deficiência na avaliação das práticas de acessibilidade conforme o Guia de Acessibilidade (TED nº 03/2018). Isso será realizado por meio de uma plataforma online e outros meios participativos, monitorando os dados fornecidos pelos passageiros para identificar a percepção do nível de relevância e efetividade das práticas de acessibilidade prescritas.	Implantação da Central de Ajuda para Acessibilidade na Plataforma Web; Programação e preparação das visitas Semestre 1; Visitas de avaliação/assessoramento em unidades aeroportuária Semestre 1; Desenvolvimento do protocolo de avaliação direta de pessoas com deficiência em unidades aeroportuárias; Planejamento da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 1; Execução da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 1

Produto: Relatórios de visitas realizadas às unidades aeroportuárias, contendo a respectiva conferência das correspondências entre a autoavaliação realizada às descrições dos níveis de aderência às práticas estabelecidas no Manual de Acessibilidade da Aviação Civil e relatório de assessoramento. Relatórios contendo as avaliações realizadas pelos usuários e o comparativo de aderência às autoavaliações realizadas pelas unidades aeroportuárias acompanhado de análise estatística dos resultados (margem de erro/nível de confiança) Semestre 1.	R\$ 825.619,27
--	----------------

Etapas 7: Período: de agosto de 2026 a janeiro de 2027.

Descrição das Atividades	Indicadores
Acompanhamento e suporte aos operadores aéreos e aeroportuários na avaliação e implementação de práticas de acessibilidade, viabilizando que esses conduzam autoavaliações conforme o Manual de Acessibilidade da Aviação Civil (TED nº 03/2018), verificando a precisão por meio de visitas de assessoramento, e; auxiliando na incorporação e disseminação; Acompanhamento e suporte à participação de passageiros com deficiência na avaliação das práticas de acessibilidade conforme o Guia de Acessibilidade (TED nº 03/2018). Isso será realizado por meio de uma plataforma online e outros meios participativos, monitorando os dados fornecidos pelos passageiros para identificar a percepção do nível de relevância e efetividade das práticas de acessibilidade prescritas; Avaliação da adesão e efetividade das práticas de acessibilidade na aviação civil por operadores aéreos e aeroportuários. Determinando o nível de adesão das unidades aeroportuárias avaliadas, seguindo a escala estabelecida no TED nº 03/2018.	Programação e preparação das visitas semestre 2; Visitas de avaliação/assessoramento em unidades aeroportuária Semestre 2; Desenvolvimento do protocolo de avaliação direta de pessoas com deficiência em unidades aeroportuárias; Planejamento da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 2; Execução da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 2; Atualização Anual dos Instrumentos Operadores e Passageiros; Cruzamento das informações relativas à Etapa 1 com informações relativas à Etapa 2.
Produto: Relatórios de visitas realizadas às unidades aeroportuárias, contendo a respectiva conferência das correspondências entre a autoavaliação realizada às descrições dos níveis de aderência às práticas estabelecidas no Manual de Acessibilidade da Aviação Civil e relatório de assessoramento Semestre 2; Relatórios contendo as avaliações realizadas pelos usuários e o comparativo de aderência às autoavaliações realizadas pelas unidades aeroportuárias acompanhado de análise estatística dos resultados (margem de erro/nível de confiança) Semestre 2; Relatório contendo a avaliação do nível de adesão a cada prática sob responsabilidade do operador aéreo e aeroportuário daquela unidade aeroportuárias.	R\$ 825.619,27

Etapas 8: Período: de fevereiro a julho de 2027

Descrição das Atividades	Indicadores
Acompanhamento e suporte aos operadores aéreos e aeroportuários na avaliação e implementação de práticas de acessibilidade, viabilizando que esses conduzam autoavaliações conforme o Manual de Acessibilidade da Aviação Civil (TED nº 03/2018), verificando a precisão por meio de visitas de assessoramento, e; auxiliando na incorporação e disseminação; Acompanhamento e suporte à participação de passageiros com deficiência na avaliação das práticas de acessibilidade conforme o Guia de Acessibilidade (TED nº 03/2018). Isso será realizado por meio de uma plataforma online e outros meios participativos, monitorando os dados fornecidos pelos passageiros para identificar a percepção do nível de relevância e efetividade das práticas de acessibilidade prescritas.	Implantação da Central de Ajuda para Acessibilidade na Plataforma Web; Programação e preparação das visitas Semestre 1; Visitas de avaliação/assessoramento em unidades aeroportuária Semestre 1; Desenvolvimento do protocolo de avaliação direta de pessoas com deficiência em unidades aeroportuárias; Planejamento da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 1; Execução da campanha semestral de Avaliação da Acessibilidade na Aviação Civil Semestre 1
Produto: Relatórios de visitas realizadas às unidades aeroportuárias, contendo a respectiva conferência das correspondências entre a autoavaliação realizada às descrições dos níveis de aderência às práticas estabelecidas no Manual de Acessibilidade da Aviação Civil e relatório de assessoramento; Relatórios contendo as	R\$ 825.619,27

avaliações realizadas pelos usuários e o comparativo de aderência às autoavaliações realizadas pelas unidades aeroportuárias acompanhado de análise estatística dos resultados (margem de erro/nível de confiança) Semestre 1.

Etapa 9: Período: até dezembro/2027

Descrição das Atividades	Indicadores
Levantamento sobre dados de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho da aviação civil, abrangendo operadores aéreos, empresas aeroportuárias, prestadoras de serviços auxiliares e outras instituições relacionadas. Criar um panorama do nível de inclusão, mapear funções e níveis dos profissionais empregados, identificar barreiras e necessidades de capacitação e desenvolver proposta para ampliar o nível de inclusão desses profissionais no transporte aéreo.	Identificação das situações de trabalho com potencial para a inclusão de pessoas com deficiência; Elaboração de matriz de barreiras e facilitadores para participação dos trabalhadores com deficiência na aviação civil; Formação do indicador de Inclusão para pessoas com deficiência no mercado de trabalho da aviação
Produto: Relatório de prognóstico confrontando a situação com as possibilidades de ampliação da inclusão; ações orientadoras de capacitação e formação; e indicador de inclusão que possibilite o monitoramento e avaliação da evolução do setor. Relatório final contendo as atividades desenvolvidas.	Sem recursos financeiros.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA FAI•UFSCar

2.1. São obrigações da FAI•UFSCar:

2.1.1. Prestar os serviços e desenvolver as atividades de apoio ao Projeto de Extensão “**Difusão das práticas de acessibilidade na aviação civil brasileira**”, com vistas a alcançar os resultados previstos, conforme a proposta apresentada e as diretrizes expedidas pela UFSCar, empregando mão-de-obra especializada;

2.1.2. Realizar a gestão administrativa e financeira dos recursos recebidos da UFSCar visando à execução do Projeto de Extensão de acordo com o respectivo cronograma físico-financeiro;

2.1.3. Desenvolver as atividades necessárias ao gerenciamento deste contrato exclusivamente com pessoal próprio ou contratado, observando estritamente os seus termos, a legislação pertinente, as normas editadas pela UFSCar e as instruções da Pró-Reitoria de Extensão.

2.1.4. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela UFSCar quanto à execução dos serviços contratados;

2.1.5. Arcar com eventuais prejuízos causados à UFSCar ou a terceiros, ocorridos por ineficiência ou irregularidades cometidas por qualquer empregado seu na execução deste contrato;

2.1.6. Apresentar nota fiscal/fatura de prestação dos serviços, em tempo hábil para que a UFSCar possa adotar as medidas necessárias ao pagamento;

2.1.7. Efetuar o pagamento à UFSCar dos valores devidos a título de **retribuição** pelo uso de seu patrimônio, tangível ou intangível, nome e imagem, redes de tecnologia de informação, conhecimento e documentação acadêmicos e **ressarcimento** pela utilização da infraestrutura, laboratórios, salas de aula, recursos humanos, materiais de apoio e de escritório, conforme definido nos termos aprovados pelo Conselho de Extensão;

2.1.8. Responder pelas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias incidentes sobre os bens e serviços, fornecidos ou prestados por pessoas físicas ou jurídicas, quando necessários à execução das atividades previstas neste contrato;

2.1.9. Manter, durante o período de vigência deste Contrato, os elementos indicativos de sua habilitação jurídica, fiscal e econômico-financeira e qualificação que lhe foram exigidas, por ocasião de sua assinatura;

2.1.10. Aplicar os recursos financeiros recebidos para a execução do presente contrato exclusivamente na execução de seu objeto, de conformidade com o cronograma físico financeiro do projeto de extensão bem como a classificação das despesas conforme aprovadas pelo Conselho Extensão da UFSCar;

2.1.11. Manter os recursos recebidos para a execução das atividades conforme previsto no cronograma específico em conta bancária própria, especificamente aberta para esta finalidade;

2.1.12. Não utilizar pessoal contratado para a prestação de serviços ou atendimento às necessidades de caráter permanente da UFSCar;

2.1.13. Não realizar pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública, inclusive sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional por conta dos recursos referentes ao presente contrato, exceto o pagamento de bolsas de extensão, na forma da lei e dos regulamentos próprios da UFSCar.

2.1.14. Contabilizar a utilização dos recursos e os dispêndios correspondentes, segundo as melhores normas de contabilidade pública, mantendo os registros acessíveis e disponíveis para os órgãos de controle interno e externo da UFSCar, pelo prazo legal.

2.1.15. Apresentar à UFSCar relatórios parciais e relatório final de prestação de contas e de execução físico-financeira, referentes à utilização dos recursos, compreendendo aspectos contábeis, de legalidade, efetividade e economicidade, nos prazos estabelecidos neste contrato.

2.1.16. Manter à disposição da UFSCar e dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação ou tomada de contas final pela UFSCar, os documentos comprobatórios e registros contábeis das despesas realizadas na execução do presente;

2.1.17. Arcar com os custos de conservação e manutenção dos equipamentos a serem utilizados para a execução do presente contrato

2.1.18. Permitir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual está vinculado a UFSCar, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente contrato, no caso de fiscalização ou auditoria regularmente realizada;

2.1.19. Permitir aos representantes da UFSCar o livre acesso e as inspeções cabíveis e necessárias aos bens, serviços e aos documentos relacionados com o contrato, apresentando todas as informações sobre a gestão financeira que a UFSCar solicitar;

2.1.20. Informar à UFSCar quando do encerramento do presente, a aquisição dos bens e equipamentos com recursos deste contrato, encaminhando ao Setor de Patrimônio da UFSCar a documentação pertinente para a devida incorporação ao seu patrimônio;

- 2.1.21. Colaborar administrativamente, de todas as maneiras a seu alcance, para a consecução das atividades objeto deste contrato;
- 2.1.22. Cumprir as cláusulas e condições pactuadas neste contrato e no Projeto de Extensão “**Difusão das práticas de acessibilidade na aviação civil brasileira**”, sendo vedada a subcontratação integral ou parcial do objeto deste contrato, salvo mediante autorização expressa da UFSCar;
- 2.1.23. Manter, por si e seus representantes, técnicos, funcionários e colaboradores, total confidencialidade quanto aos dados e informações que venham a tomar conhecimento, devendo ser considerado este conjunto de informações de forma sigilosa, respondendo civil e criminalmente pelos prejuízos causados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA UFSCar

3.1. São obrigações da UFSCar:

- 3.1.1. Transmitir à FAI•UFSCar toda e qualquer orientação ou diretriz para a adequada realização das atividades e fiel execução deste contrato de apoio ao Projeto de Extensão a ele vinculado, conforme aprovado no âmbito da UFSCar;
- 3.1.2. Comunicar à FAI•UFSCar, tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções na execução do Contrato;
- 3.1.3. Designar um servidor, que não seja o Coordenador do Projeto de Extensão, a quem competirá a fiscalização e certificação da execução dos serviços, bem como a análise prévia da prestação de contas;
- 3.1.4. Acompanhar, supervisionar e coordenar as atividades técnicas e operacionais, através de seus professores e coordenador designados pela UFSCar, competindo ao coordenador a responsabilidade técnica e acadêmica pelo Projeto;
- 3.1.5. Autorizar a participação de servidores de seu quadro de pessoal e a utilização de bens materiais, equipamentos e infraestrutura visando à consecução do Projeto de Extensão, observadas a legislação pertinente, as normas estatutárias, regimentais e regulamentares e aprovação prévia das instâncias competentes da UFSCar;
- 3.1.6. Providenciar o pagamento das Notas Fiscais apresentadas pela FAI•UFSCar, pela prestação dos serviços vinculados ao Projeto de Extensão, conforme previsto na cláusula quarta deste contrato;
- 3.1.7. Estabelecer os valores a serem pagos pela FAI•UFSCar à UFSCar a título de **retribuição** pelo uso de seu patrimônio, tangível ou intangível, nome e imagem, redes de tecnologia de informação, conhecimento e documentação acadêmicos e **ressarcimento** pela utilização da infraestrutura, laboratórios, salas de aula, recursos humanos, materiais de apoio e de escritório, conforme nos termos aprovados pelo Conselho de Extensão.
- 3.1.8. Incorporar ao seu patrimônio, no final da execução deste contrato, os bens adquiridos com recursos provenientes deste ajuste.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FLUXO FINANCEIRO

4.1. DO REPASSE DE RECURSOS A SER GERENCIADOS PELA FAI.UFSCAR.

- 4.1.1. Com a finalidade de que a FAI.UFSCar possa cumprir suas obrigações estabelecidas na Cláusula Segunda, a UFSCar deverá lhe fazer, conforme cronograma físico financeiro descrito na cláusula 1.2, o repasse dos valores necessários a cobertura das despesas totais do projeto, as quais montam o valor de R\$ 6.302.477,08 (seis milhões, trezentos e dois mil, quatrocentos e setenta e sete reais e oito centavos).
- 4.1.2. Do montante retro mencionado, R\$ 5.672.229,37 (cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil, duzentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos) serão investidos diretamente pela FAI.UFSCar no custeio das atividades do projeto, sendo o restante destinado ao ressarcimento de suas despesas operacionais e administrativas.

4.2. DO PAGAMENTO À FAI.UFSCAR.

- 4.2.1. A título de ressarcimento de despesas operacionais e administrativas, a UFSCar pagará à FAI.UFSCar, o total de R\$ 630.247,71 (seiscentos e trinta mil, duzentos e quarenta e sete reais e setenta e um centavos), assim distribuídos: 1/8 (um oitavo) do valor total a cada entrega dos relatórios elencados nas Etapas 2 a 9 do cronograma físico-financeiro indicado na cláusula 1.2.

4.3. DOS VALORES DE RETRIBUIÇÃO E RESSARCIMENTO À UFSCAR.

- 4.3.1. A FAI.UFSCar pagará à UFSCar, ao final do projeto, os valores de retribuição e/ou ressarcimento conforme os termos da cláusula 2.1.7.

4.4. DOS PROCEDIMENTOS

- 4.4.1. Com os eventos indicados nas cláusulas 4.1 e 4.2, a fiscalização do contrato deverá encaminhar à Coordenação Financeira da UFSCar os documentos fiscais emitidos pela FAI•UFSCar para que seja providenciado o repasse de valores/pagamento.
- 4.4.2. Os repasses de valores/pagamentos serão realizados mediante depósito em conta bancária indicada pela FAI•UFSCar.
- 4.4.3. Do valor das notas apresentadas para pagamento, serão deduzidos, de pleno direito, pela UFSCar:
- a) Multas previstas neste Contrato;
 - b) As multas, indenizações ou despesas devidas por ato de autoridade competente, em decorrência do descumprimento, pela FAI•UFSCar, de leis ou regulamentos aplicáveis à espécie.
 - c) Cobranças indevidas.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do Empenho nº 2023NE933, Programa de Trabalho nº 226561, Natureza da Despesa nº 33.90.39-79, Fonte nº 1050A001G9.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 6.1. A FAI•UFSCar deverá contabilizar a utilização dos recursos e os dispêndios correspondentes, segundo as melhores normas de contabilidade pública, mantendo os registros e comprovantes acessíveis e disponíveis para a UFSCar e para os órgãos de controle interno e externo, pelo prazo legal.
- 6.2. A FAI•UFSCar deverá apresentar à UFSCar os relatórios parciais, ao final do exercício fiscal, e relatório final de prestação de contas referentes à utilização dos recursos repassados, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento deste Contrato, compostos dos seguintes documentos:
- 6.2.1. Relatório de execução do objeto contratado, a ser elaborado pelo Coordenador do Projeto de Extensão e avaliado pelo fiscal, descrevendo o atendimento dos resultados esperados no plano de trabalho e o cumprimento do cronograma e das etapas do projeto, contando inclusive com indicadores de desempenho do projeto.
- 6.2.2. Relatório destinado à Pró-Reitoria de Administração contendo os demonstrativos de que trata a legislação federal, em especial:
- 6.2.2.1. Demonstrativo de execução da receita e despesa, discriminando os recursos recebidos em transferência, os rendimentos auferidos de aplicação no mercado financeiro, quando for o caso, e os respectivos saldos;

6.2.2.2. Relação de pagamentos realizados;

6.2.2.3. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos;

6.2.2.4. Extrato de conta bancária específica do período de recebimento dos recursos até o último pagamento;

6.2.2.5. Comprovante de recolhimento Conta Única do Tesouro Nacional em nome da UFSCar do saldo de recursos e rendimentos não utilizados no projeto, assim como do ressarcimento e retribuição de que trata o item 2.1.7. deste Contrato.

6.3. A prestação de contas final execução do objeto deve ser apresentada pelo Coordenador da atividade de extensão via sistema informatizado mantido pela Pró-Reitoria de Extensão, e instruídas nos termos do item 6.2.1. deste Contrato, contendo inclusive o ateste do fiscal do contrato, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do término do exercício fiscal e do término do prazo de vigência do contrato, respectivamente.

6.3.1. A prestação de contas final de execução do objeto serão objeto de avaliação pelas unidades que aprovaram a proposta da atividade de extensão, bem como de deliberação pelo Conselho de Extensão.

6.4. Com base na deliberação do Conselho de Extensão acerca do relatório de prestação de contas de execução do objeto, competirá à Pró-Reitoria de Administração da UFSCar analisar e emitir parecer sobre a regularidade das despesas e documentos de que trata o item 6.2.2. deste Contrato, sob a forma de relatório final de avaliação, e submetê-lo para apreciação do Conselho de Administração da UFSCar.

6.5. As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais originais ou equivalentes, emitidos em nome da FAI•UFSCar, os quais deverão ser mantidos em arquivo e em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas da UFSCar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

7.1. O presente contrato entra em vigor na data de assinatura e terá sua duração até 07/12/2027, podendo ser prorrogado ou alterado por mútuo acordo, nas hipóteses previstas em lei, por meio de Termo Aditivo.

7.2. Este Contrato será rescindido de pleno direito e para todos os fins no caso de dissolução da FAI•UFSCar, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

7.3. Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela UFSCar nas hipóteses e nas condições previstas na Lei nº 8.666/93.

7.4. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, de contrato com a Lei nº 8.666/93.

7.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, com aviso de recebimento.

7.6. Na hipótese de rescisão unilateral a FAI•UFSCar deve ser notificada previamente, observado o prazo legal.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS VEDAÇÕES

8.1. É vedado à CONTRATADA:

8.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

8.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

9. CLÁUSULA NONA - DAS PERMISSÕES

9.1. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

9.1.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.1.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a UFSCar poderá, a seu juízo, aplicar à FAI•UFSCar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções, de forma cumulativa ou não, independentemente da rescisão do Contrato:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, nos casos de descumprimento total das obrigações;

10.1.3. Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, para os casos de inadimplemento parcial das obrigações;

10.1.4. Suspensão temporária do direito de participar em licitação da UFSCar e impedimento de contratar com a Administração Pública;

10.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

10.1.6. Demais penalidades previstas em lei.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MORA

11.1. O descumprimento, pela FAI•UFSCar, do prazo de execução do objeto do contrato, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, comprovado e aceito pela UFSCar, caracterizará mora da contratada e ensejará a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Oitava.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. A UFSCar providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial da União, na forma de extrato, em até vinte dias contados a partir do quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS

13.1. Pelo presente termo, as Partes declaram que cumprem e seguirão cumprindo com todas as obrigações oriundas da legislação vigente que trate da privacidade e da proteção de dados relativos à pessoa física identificada ou identificável ("Dados Pessoais"), em especial, a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) com a redação dada pela Lei nº 13.583/2019, a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), o Decreto Federal nº 8.771/2016 e demais leis e regulamentos aplicáveis, bem como as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria:

13.1.1. As Partes, compreendendo os seus servidores, prepostos, colaboradores, empregados e/ou contratados envolvidos na execução deste Acordo, obrigam-se a tratar todos os Dados Pessoais a que tiverem acesso em estrito cumprimento de sua finalidade específica e observância aos termos da LGPD, ainda que este Acordo venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução;

13.1.2. Cada uma das Partes deverá, por seus próprios meios, adotar medidas e instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus servidores, prepostos, colaboradores, empregados e/ou contratados envolvidos, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais relacionados à outra Parte, assim como de quaisquer Dados Pessoais a que tiverem acesso em função do presente Acordo;

13.1.3. Cada uma das Partes se obriga a manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar no âmbito deste Acordo, bem como a implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, garantindo que os ambientes (sejam eles físicos ou lógicos) utilizados para o tratamento de Dados Pessoais são e permanecerão estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis;

13.1.4. As Partes se obrigam a notificar uma à outra, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou em sua falta, em até 48h (quarenta e oito horas) da ciência, sobre a ocorrência de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a outra Parte, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais a que teve acesso em função do presente Acordo;

13.1.5. Em cumprimento aos requisitos da Lei nº 13.709/18 (LGPD), os **signatários** presentes, individualmente, **autorizam** as Partes para o tratamento de seus Dados Pessoais disponibilizados no âmbito deste Acordo, para fins exclusivos do cumprimento de seu objeto, declarando-se **cientes** de que, a qualquer momento, cada um poderá revogar este consentimento, optar pela anonimização, bloqueio, retificação ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD."

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Os equipamentos e materiais adquiridos pela FAI•UFSCar para utilização nas atividades deste contrato, ao final de sua execução, serão incorporados ao patrimônio da UFSCar e a ela entregues mediante termo próprio.

14.2. A instalação, pela FAI•UFSCar, de equipamentos nas dependências da UFSCar será, em qualquer caso, precedida de comunicação a esta e submetida à sua aprovação, sendo igualmente incorporados ao patrimônio da UFSCar quando do término do presente contrato.

14.3. Os casos omissos serão apreciados e solucionados mediante entendimento entre as partes, ressalvados os casos previstos na legislação que regulamenta o presente Instrumento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO E DO REGIME LEGAL

15.1. É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Carlos - SP, com exclusão de qualquer outro, para dirimir as controvérsias decorrentes deste Contrato, o qual é celebrado sob a égide da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1.994, do Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958/94, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, no que for aplicável.

E POR ESTAREM JUSTAS E CONTRATADAS, as partes assinam eletronicamente o presente Contrato, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Fábio Zuccolotto Ferreira
Pró-Reitor Adjunto de Administração
UFSCar

Targino de Araújo Filho
Diretor Executivo
FAI•UFSCar

Testemunhas

1. _____

Nome: Gisele de Oliveira Pelegrino

2. _____

Nome: Junior Aparecido Assandre



Documento assinado eletronicamente por **Gisele de Oliveira Pelegrino, Assistente em Administração**, em 18/12/2023, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Junior Aparecido Assandre, Coordenador(a)**, em 18/12/2023, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Zuccolotto Ferreira, Pró-Reitor(a) em Exercício**, em 18/12/2023, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TARGINO DE ARAUJO FILHO**, **Usuário Externo**, em 18/12/2023, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **1309481** e o código CRC **247D2B61**.

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.039742/2023-68

SEI nº 1309481

Modelo de Documento: Contrato, versão de 02/Agosto/2019